

O BRASIL: TERRITÓRIO E SOCIEDADE NO INÍCIO DO SÉCULO 21 - A HISTÓRIA DE UM LIVRO

Brazil: territory and society at the beginning of the 21st century - the history of a book

María Laura Silveira¹
Universidade de Buenos Aires

Resumo

Discutimos os principais conceitos e argumentos que nortearam as escolhas de pesquisa e as reflexões do livro **O Brasil: Território e Sociedade no início do século 21**, escrito em coautoria com Milton Santos. O artigo corresponde a uma conferência ministrada no workshop “Cidades na Amazônia: 15 anos de reflexões – cidades, redes e ambientes urbanos”, Núcleo de Estudos e Pesquisas das Cidades na Amazônia Brasileira (NEPECAB), Universidade Federal do Amazonas em 2010.

Em primeiro lugar, buscamos caracterizar brevemente as condições políticas e epistemológicas presentes na década de 1990, no momento da elaboração da pesquisa e do livro. Em segundo lugar, tratamos da ideia de território usado, conceito basilar na obra, sua gênese e desdobramentos. O terceiro ponto aborda o problema da totalidade e as partes ou, em outras palavras, da formação socioespacial e das regiões, assim como a necessidade de elaborar uma teoria maior e uma teoria menor, ao tempo que sugerimos uma teoria das mediações para traçar um retrato do país. Num quarto momento explicamos o plano analítico e o plano sintético que definem a estrutura do livro e os aspectos metodológicos e operacionais enfrentados no processo de pesquisa. Finalmente, refletimos sobre as relações intrínsecas entre método e política, tanto na interpretação do presente quanto no reconhecimento de tendências no futuro.

Palavras chave: território usado; divisão territorial do trabalho; globalização; epistemologia; teoria das mediações.

Abstract

We debate the main concepts and arguments that guided the research choices and reflections in the book **O Brasil: Território e Sociedade no início do século 21**, written in conjunction with Milton Santos. The article corresponds to a presentation given at the workshop “Cities in the Amazon: 15 years of reflection - cities, networks and urban environments”, at the Study and Research Center for Urban Centers in the Brazilian Amazon (NEPECAB), Federal University of Amazonas, in 2010. Firstly, our intention was to briefly characterize the political and epistemological scenario of the 1990s, when the field research for the book was carried out. Secondly, we dealt with the idea of occupied territory, the underlying concept of the project, its genesis and later happenings. The third point covers the issue of totality and its parts, or, in other words, socio-spatial formation and the regions, as well as the necessity to develop a greater theory and a lesser theory, at the same time we suggest a theory of mediations to outline an overall picture of the country. Fourthly, we explain the analytical plan and the synthetic plan that define the structure of the book and the methodological and operational challenges faced during the research process. Finally, we reflect on the intrinsic relationships between method and policy, both in the interpretation of the present and in the recognition of future tendencies.

Keywords: used territory; territorial division of work; globalization; epistemology; theory of mediations.

INTRODUÇÃO

Entregar a palavra ao território para explicar a Nação era uma ideia longamente acalentada por Milton Santos, com quem tivemos a honra e o privilégio de trabalhar. Embasados na pesquisa que estávamos realizando, nossa pretensão era escrever um livro que fizesse falar o Brasil a partir do seu território. Entretanto, o conceito que despontava como chave para um melhor entendimento do país não era meramente a

noção de território, mas a de território usado pela sociedade.

Não parece excessivo lembrar que, na década de 1990, quando o projeto do livro foi elaborado, o contexto histórico revelava condições epistemológicas e políticas pouco favoráveis a uma interpretação abrangente do território nacional. Do ponto de vista do método, havia um relativo abandono das explicações totalizadoras ou, em outras

palavras, das análises dos territórios nacionais, ainda mais em se tratando de um país de dimensões continentais. Além disso, o auge de certas ideias pós-modernas levou a uma certa convicção sobre a necessidade do fim dos grandes relatos e, em decorrência, a entronizar a compreensão do lugar *per se* e dos estudos de caso, balizando o caminho para a profusão dos pequenos relatos (SANTOS e SILVEIRA, 1997). Nosso intuito era, ao contrário, operacionalizar a proposta teórica elaborada por Milton Santos no livro *A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção* (1996) para explicar o Brasil.

Do ponto de vista político, a última década do século 20 evidenciou a força do neoliberalismo graças à aplicação incontestável do denominado Consenso de Washington nos seus rígidos princípios de estabilidade macroeconômica, abertura da economia, redução do papel do Estado e ajuste estrutural. Inúmeras foram as transformações territoriais no Brasil e nos demais países latino-americanos. A construção de grandes infraestruturas e a participação no mercado externo foram acompanhadas pelas promessas de tirar as nações do marasmo, embora a pobreza não parasse de aumentar. O território era apresentado como arena de vetores externos, com a respectiva invisibilização do Estado no discurso, apesar de sua presença na dinâmica econômica e territorial. Nunca antes tão eficaz, a associação simbólica entre a divisão territorial do trabalho hegemônica e o território nacional revelava o poder incomensurável das grandes empresas.

No entanto, era necessário escolher um caminho de método que, sem renunciar à ideia de totalidade, fosse capaz de conter as diversas escalas de manifestação da realidade, pois, afinal, o Brasil não é homogêneo e as

possibilidades e mazelas da história do presente atingem-no diferenciadamente. Em outras palavras, a tarefa supunha encontrar as variáveis explicativas fundamentais ou personagens principais do enredo, suscetíveis de revelar a existência das coisas e dos nexos juntos para, desse modo, alcançar a compreensão mesmo sem a pretensão de exaurir o real. Daí os dois grandes objetivos do livro: oferecer uma interpretação geográfica do Brasil ao leitor comum e, ao mesmo tempo, um guia de trabalho mesmo que incompleto aos estudiosos.

O TERRITÓRIO USADO, CONCEITO BASILAR NA INTERPRETAÇÃO DA NAÇÃO

Com a afirmação da Geografia moderna, a noção de território no seu sentido mais puro, isto é, assimilada ao Estado, tornou-se uma categoria tão basilar quanto longeva. No seu sentido mais restrito, território é um nome político para a extensão de um país. Há mais de um século, Ratzel insistia em que aquele resultava da apropriação de uma porção da superfície da Terra por um grupo humano. O território, portanto, advinha da transformação do espaço vital.

Discutindo a obra de Ratzel, Vallaux (1914) asseverava que o espaço não é apenas extensão, nem o domínio do Estado, mas sobretudo a diferenciação dos conteúdos que o definem ou, em outras palavras, o valor do conjunto físico mais o valor dos homens. A noção de diferenciação, portanto, despontaria como um elemento central para discutir espaço e território.

Mais tarde, Gottmann (1975) propõe entender o território como uma porção do espaço geográfico ou como uma extensão

espaçial de uma jurisdição de governo. Aos conteúdos naturais do espaço acrescentavam-se os conteúdos políticos que definiam o território como um verdadeiro corpo político. Todavia, essa dimensão política não é um dado estático, mas uma construção histórica (GOTTMANN, 1975). Essa era também a preocupação de Isnard (1982, p. 25) quando escrevia: “Não há sociedade sem um espaço que lhe seja próprio, no qual as gerações se sucedem numa continuidade tal que se realiza uma identificação entre um povo e seu território”.

Portanto, a categoria explicativa seria menos o território em si e mais o território usado. Já na primeira metade da década de 1990, Milton Santos podia escrever:

Vivemos com uma noção de território herdada da Modernidade incompleta e do seu legado de conceitos puros, tantas vezes atravessando os séculos praticamente intocados. É o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto da análise social. Trata-se de uma forma impura, um híbrido, uma noção que, por isso mesmo, carece de constante revisão histórica. O que ele tem de permanente é ser nosso quadro de vida. Seu entendimento é, pois, fundamental para afastar o risco de alienação, o risco de perda do sentido da existência individual e coletiva, o risco de renúncia ao futuro (SANTOS, 1994, p. 15).

Equívoco da modernidade é a expressão utilizada por Latour (1991) para referir-se à *p e r s i s t ê n c i a e m t r a b a l h a r* epistemologicamente com conceitos puros, hoje desprovidos de potencial explicativo. É por isso que a ideia de híbrido (LATOURE, 1991), já assinalada sob o nome de misto por Godelier (1966), poderia contribuir a

d e s a n u v i a r o s p r o b l e m a s d a contemporaneidade.

Dir-se-ia que a existência de um país supõe um território e um Estado e, em decorrência, a ideia de soberania, mesmo quando possa existir uma nação sem território e sem Estado. Nesse caso, a territorialidade não faltará, pois o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence, embora permaneça apenas como reivindicação, sempre estará presente na ideia de nação. É a preocupação com o destino e com a construção dos lugares que perpassa o uso do território e, por conseguinte, a respectiva noção. Não há como explicar o território sem sua utilização, não há como explicar o território usado sem projeto. É isso que faz do território usado uma categoria central para a formulação de uma teoria social.

Entretanto, o território usado inclui todos os atores e não apenas o Estado, como na acepção herdada da modernidade. Abriga todos os atores e não apenas os que têm mobilidade, como na mais pura noção de espaço de fluxos. É o domínio da contiguidade e não somente a topologia das empresas ou qualquer outra geometria. Refere-se à existência total e não apenas à noção de espaço econômico. O território usado envolve todos os atores e todos os aspectos e, por isso, é sinônimo de espaço banal (SANTOS, 1996), espaço de todas as existências. A história se produz com todas as empresas, todas as instituições, todos os indivíduos, independentemente de sua força diferente, apesar de sua força desigual.

O território usado não é uma coisa inerte ou um palco onde a vida se dá. Ao contrário, é um quadro de vida, híbrido de materialidade e de vida social. Sinônimo de espaço geográfico, pode ser definido como um conjunto

indissociável, solidário e contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações (SANTOS, 1996). É o território propriamente dito mais as sucessivas obras humanas e os próprios homens hoje. É o território feito e o território se fazendo, com técnicas, normas e ações. Como conceito puro, o território é constituído de formas, mas, como conceito híbrido, o território usado é constituído de “objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado” (SANTOS, 1994, p. 16).

Em outras palavras, o território usado abriga as ações passadas, já cristalizadas nos objetos e normas, e as ações presentes, aquelas que se realizam diante dos nossos olhos. No primeiro caso, os lugares são vistos como coisas, mas a combinação entre ações presentes e ações passadas, às quais as primeiras trazem vida, confere um sentido ao que preexiste. Tal encontro modifica a ação e o objeto sobre o qual se exerce e, por isso, uma não pode ser entendida sem o outro. Por isso o espaço é sempre histórico. Sua historicidade deriva da junção entre as características da materialidade territorial e as características das ações. Mas as bases materiais e imateriais historicamente estabelecidas são apenas condições; no entanto, sua atualidade, isto é, sua significação real, advém das ações realizadas sobre elas. A tal complexo conjunto podemos denominar território vivo, o território vivendo.

É uma dialética entre os homens no território; é o território no processo de ser usado. Tratar-se-ia de uma obra de permanente reconstrução do território já utilizado pelas gerações precedentes, por meio das diversas instâncias da produção, isto é, de sistemas de objetos e normas presentificados pelas desiguais ações contemporâneas. A história nos vem como forma e como norma,

como monumentos e documentos no dizer dos historiadores. É desse modo que o território usado é uma norma, pois é um princípio ou um molde para a ação presente, a qual, dotada de poder desigual para transformar o que existe ou para concretar o possível, exercita novos usos, isto é, cria mais objetos e normas. Poderíamos dizer com Giddens (1987) que o exercício da ação encontra regras – dadas por elementos normativos e por códigos de significação –, mas também recursos – de autoridade e de alocação. É um processo solidário e contraditório entre, de um lado, existências técnicas e normativas que nos vêm de tempos pretéritos e de passados recentes e, de outro, possibilidades do nosso período. Não é um dualismo, não são conceitos puros porque, de um momento histórico a outro, algumas existências permanecem, outras mudam parcialmente, outras desaparecem. Carregando seletivamente o passado naquilo que permanece, o presente é, na realidade, movido pelo futuro. É a intencionalidade que completa essa mediação entre o presente e o futuro. Tal intencionalidade é, de algum modo, uma antecipação do futuro que nasce desigual. Um processo permanente, ininterrupto e conflitante de produção de configurações territoriais e de vida social. A cada período, podemos reconhecer uma totalidade: o território usado, sinônimo de espaço banal, manifestação mais concreta da nação.

O desafio é alcançar uma perspectiva constitucional que, por isso, dá ênfase às técnicas, formas híbridas de objetos e ações. Os objetos são vistos como tecnologia embutida no território e como semoventes, porém nunca independentes das formas de fazer e trabalhar. Nem objetos nem ações podem ter autonomia de significado, uma vez que não têm

autonomia de existência. É esse conjunto de coisas e de usos em intrínseca relação o que constitui o fenômeno técnico (ELLUL, 1968; SANTOS, 1996; SILVEIRA, 2010).

Por isso o território usado é tudo aquilo que o constitui materialmente, isto é, as infraestruturas que chamamos sistemas de engenharia, a agricultura, a indústria, o meio construído urbano, as densidades demográficas e técnicas, mas também o que o constitui imaterialmente, as ações, normas, leis, cultura, movimentos da população e fluxos de toda ordem, incluindo ideias e dinheiro.

Desse modo, quando analisamos o fenômeno técnico, estamos fazendo um esforço para entender a constituição do território, isto é, como, onde, por quem, por quê, para quê o território é usado. São as estradas de rodagem do Estado de São Paulo, mas também os rios navegáveis da Amazônia; a agricultura moderna no Centro-Oeste e a agricultura de subsistência no sertão nordestino; os edifícios inteligentes da metrópole paulista mas também a precária rede de esgoto da sua periferia; os pedágios e os horários de circulação dos ônibus urbanos; as ações das grandes empresas e dos sindicatos.

Permitindo-nos privilegiar uma história secular do território brasileiro, o fenômeno técnico constituiu também o próprio critério de periodização, no ensejo de entender os contextos, uma vez que somente estes permitem enxergar a evolução das variáveis escolhidas dentro de uma situação, reconhecer as heranças e, ao mesmo tempo, as intencionalidades e a busca de sentido pela sociedade. A cada período podemos, portanto, perguntar-nos o que é novo no espaço e como se combina com o que já existia. Entendido na

sua unidade e diversidade, o território é uma questão central na compreensão da história do país e dos respectivos períodos.

Contar a história do território significa operacionalizar a noção de sistemas técnicos, descobrir os objetos e as formas de fazer e regular que explicam as racionalidades de cada época. Os sistemas técnicos autorizam, a cada momento histórico, uma forma e uma distribuição do trabalho. Desse modo, a divisão territorial do trabalho envolve, de um lado, a repartição do trabalho vivo nos lugares e, de outro, uma distribuição do trabalho morto e dos recursos naturais. Por essa razão, a redistribuição do processo social não é indiferente às formas herdadas, e o processo de reconstrução paralela da sociedade e do território pode ser entendido a partir da categoria de formação socioespacial (SANTOS, 1977). A divisão territorial do trabalho cria uma hierarquia entre lugares e redefine, a cada momento da formação socioespacial, a capacidade de agir das pessoas, das firmas e das instituições.

Relatar essa história é reconstruir o transcurso que leva do meio natural ao meio técnico e ao meio técnico-científico-informacional. Sinônimo de espaço geográfico e de território usado, esse meio geográfico é visto como categoria autônoma, mas não independente do pensar histórico e, certamente, é o prisma privilegiado para a análise. Assim, buscamos apreender a constituição do território, a partir dos seus usos, do seu movimento conjunto e do de suas partes, reconhecendo as respectivas complementaridades. Daí falarmos em divisão territorial do trabalho, circuitos espaciais de produção e círculos de cooperação, que permitem, ao mesmo tempo, pensar o território

como ator e não apenas como um palco, isto é, o território no seu papel ativo. A cada nova divisão internacional do trabalho no planeta o território ganha novos usos e desvaloriza os antigos. Quando olhamos o período atual vemos que o território brasileiro incorpora conteúdos de ciência, técnica, informação e dinheiro e, assim, as regiões são rehierarquizadas. É a expansão do meio técnico-científico-informacional que, nas condições atuais, significa também a expansão da pobreza estrutural.

O território ativo desponta, então, como alvo das reflexões. É ativo porque contém a ação, mas também porque a materialidade tem inércia de um período para outro. Desse modo, não buscamos a “espacialização” de interpretações políticas, sociológicas, econômicas, como um recurso de método *a posteriori*. Não há dúvidas sobre quanto essas interpretações nos auxiliam, como insumos ou como inspiração, numa interpretação do território nacional, mas nelas o espaço não constitui uma categoria central senão apenas um dado. O corolário é a redução da interpretação geográfica à mera distribuição espacial de um fenômeno, cuja análise foi feita com outras categorias explicativas. O nosso intuito era, ao contrário, o entendimento do território usado como matriz da vida social.

Por isso, a definição de qualquer pedaço do território deve levar em conta a interdependência e a inseparabilidade entre a materialidade e a ação, isto é, o trabalho e a política. Nesse quadro a vida da nação se desenvolve. É no território que as velhas técnicas permanecem e as novas se inserem para rearranjar o trabalho. Nele, as decisões políticas se gestam e nele se rebatem, dando valores diferentes às formas do trabalho e aos

lugares.

Como os objetos e as normas nos vêm do passado, autorizar-nos-iam a utilizar um participio: território usado. As ações presentificam esses objetos e normas, preenchendo-os de novos conteúdos ou criando novas existências. É aí que o gerúndio torna-se necessário: território sendo usado. Nesse sistema de ações o futuro se instala e o território torna-se, ainda mais, um híbrido.

A TOTALIDADE E AS PARTES: O BRASIL EM MOVIMENTO

Visto como totalidade, o território brasileiro é formado de partes – regiões e lugares – que estão sempre em transformação. O dinamismo é permanente, embora se trate de um movimento desigual e combinado, que pode ser retratado a partir de sucessivas modernizações. Aqui o conselho de Meschonnic (1993, p. 59) torna-se bastante oportuno quando diz que, ao discutirmos a modernidade, “o plural é de rigor”. Já nas suas obras *Modernisations et espaces dérivés* (1972) e *L'espace partagé* (1975), Milton Santos havia proposto falar em modernizações no plural para assinalar as transformações sucessivas do espaço. A modernidade seria o resultado do processo de modernização, isto é, de um processo pelo qual um território incorpora dados centrais do período histórico vigente que importam em transformações nos objetos, nas ações, enfim, no modo de produção. Por isso, cada período histórico oferece um retrato diverso dessa incorporação ou, em outras palavras, um rendilhado de tempos dentro do tempo, de temporalidades num período. Nesse sentido, poderíamos dizer, com Chatterjee (2008), que não existe o tempo homogêneo, pois o tempo da modernidade é heterogêneo e

desigualmente denso. Cada nova vaga modernizadora é responsável pela produção de novas dependências e subordinações, valorizações e desvalorizações.

Para apreender essa realidade complexa e dinâmica é basilar partir de uma teoria maior que, no entanto, se revela insuficiente quando adaptada mecanicamente aos níveis menores do real, isto é, às situações nacionais ou regionais. Desponta, assim, a necessidade de formular teorias menores. No caso do livro, pensamos que era fundamental elaborar uma teoria menor do país – uma teoria geográfica do Brasil contemporâneo – e uma teoria menor do lugar – uma teoria geográfica da Região Concentrada, por exemplo –, ambas de natureza teórico-empírica. É um esforço analítico a ser renovado permanentemente, pois seus resultados são sempre incompletos, uma vez que não dão conta de todos os lugares. De cada pedaço do território em si poderá ser mencionada a incompletude das variáveis e dos dados. Isso é evidente, pois não nos era possível elaborar um tratado exaustivo do país. Todavia, o que não podia faltar era a explicação dessa porção do território no movimento do todo. Essa era nossa preocupação, amparada na convicção de que é também uma tarefa indispensável que o Brasil seja pensado a partir de cada lugar.

Nessa direção, outro esforço do livro foi o de sugerir uma teoria das mediações, base para a escolha de fatos e relações relevantes. Daí a utilização da categoria de formação socioespacial. Assim, a escala de análise utilizada que, para algumas perspectivas, pode parecer demasiadamente ambiciosa e resultar na impossibilidade de trabalhar com o país como totalidade, é, na realidade, uma das chaves do método. A formação socioespacial é

a totalidade que explica os processos, daí que a escala que ela representa mais do que uma delimitação é um imprescindível partido de método. Como é uma mediação entre as possibilidades do período histórico e as existências nos lugares, permitir-nos-ia transformar um discurso geral sobre o presente numa análise concreta de um país e suas regiões sem, por isso, cair numa mera descrição dos lugares a modo de inventário.

Uma teoria do Brasil a partir do território é, na verdade, uma generalização num segundo nível, com a ambição de ser uma teoria e um método porque utiliza materiais e relações retirados das situações reais e, por isso, torna-se aplicável a esses níveis “inferiores”. Procuramos um nível de generalidade entre o teórico e o empírico, preocupados, porém, com o encontro de enfoques e conceitos dinâmicos e guiados por objetivos precisos. No entanto, é interessante a visibilidade que ganhou a regionalização proposta, apesar de não ter sido o principal objetivo do livro. Contudo, o mais aconselhável seria ver tal regionalização não como alguma coisa cristalizada e universal ou apenas como um ponto de chegada senão como um esquema de método e um produto histórico. Na realidade, o que buscamos propor foi um critério de regionalização, fundamentado nas variáveis escolhidas para a análise; a regionalização ela própria é um momento provisório desse movimento desigual e combinado a que já fizemos alusão.

A BUSCA DE OPERACIONALIZAÇÃO: ANÁLISE E SÍNTESE

Evitar uma análise estruturada a partir dos dois polos, a teoria e a empiria, nunca é fácil tarefa. Amiúde a teoria nem sempre o é,

pois aparece como um discurso em que afirmações verazes, sem chegar a constituir um sistema de conceitos, são, para o objetivo do trabalho, apenas meias-verdades. Falta, tantas vezes, um esquema aplicável de forma efetiva ao que vai ser tratado como empírico. Assim, o que é apresentado como empírico corre o risco de se revelar apenas uma listagem de fatos, ignorando que o que existe é sempre unitário. Na verdade, o que dá unidade e coerência às partes é a visão de conjunto, que precede e acompanha o exercício da análise.

A coerência da história somente pode ser encontrada por meio da coerência do enfoque, pois uma teoria é uma base para colecionar fatos, argumentos e relações referidos àquilo que Althusser (1974) propõe denominar concreto pensado. Uma teoria é um sistema de conceitos, capazes de serem desdobrados em variáveis que permitam análises qualitativas e quantitativas, como quando utilizamos indicadores ou propomos outros, no intuito de mostrar as relações mais significativas. Desse modo, a teoria deveria permitir uma subdivisão da totalidade em estruturas significativas ou, como proposto por Bachelard (1986, p. 18), em “escalas de conceitos” para indicar que um conceito produz outro ou se vincula a outro. Goldmann (1967, p. 1.011) ensina que a ciência deve buscar que os objetos de estudo configurem estruturas significativas, de modo que cada elemento e suas transformações possam ser compreendidos a partir de sua situação no conjunto. O progresso no conhecimento de uma estrutura global, assinala o autor (GOLDMANN, 1967), leva a compreender melhor seus elementos, e o conhecimento desses permite retornar operatorialmente ao conjunto. Tratar-se-ia, a um só tempo, do problema do movimento das

estruturas, de um processo histórico que muda, continuamente, as estruturas, pois o processo histórico é o ser da sociedade ou, como ensina Sartre (1979), é a totalização. Daí que a totalidade seja, ontologicamente, um instante e, portanto, possa ser entendida, metodologicamente, como um corte, como um artifício em favor do entendimento analítico.

Em outras palavras, é a necessidade de operacionalizar. Seria coerente com a história do presente afirmar que a técnica se tornou sistêmica, planetarizada, unitária. Mas como explicamos a formação socioespacial? Como trabalhar com a ideia de sistema técnico numa pesquisa de campo? O que vemos são os sistemas de engenharia, isto é, a combinação e sobreposição de sistemas técnicos nos lugares. São rodovias, pontes e outras infraestruturas que se combinam nos interstícios da natureza que, numa região como a Amazônia, são ainda muito largos. Mas os sistemas técnicos incluem também os sistemas de movimento, como os fluxos de veículos, os telefonemas, as conexões à internet, entre tantos outros. É um permanente exercício de entrar no real, buscando para isso os conceitos mais capazes de serem preenchidos com a história do presente.

Nesse sentido, a primeira parte do livro constitui um esforço de análise que, partindo do território usado como noção basilar, percorreu os períodos históricos que vão de um meio natural ou pré-técnico aos sucessivos e incompletos meios técnicos e ao advento do meio técnico-científico-informacional. Nos seguintes capítulos nos debruçamos sobre a constituição desse novo meio geográfico, suas bases materiais fixas, os semoventes e os insumos ao solo, o papel da informação e do conhecimento no novo meio geográfico, a

reorganização produtiva do território com a descentralização industrial, a modernização agrícola e, sobretudo, as especializações territoriais produtivas, os circuitos espaciais de produção e os círculos de cooperação, explicando as formas de abastecimento e as topologias de algumas empresas, os sistemas de movimento no território nacional, as novas manifestações das finanças que constituem o motor do período contemporâneo, a dinâmica da população e da urbanização, assinalando a importância da nova cidade média, das metrópoles e dos processos de involução metropolitana, as características da população segundo seu lugar de origem e de vida, a renda, o emprego e os consumos.

Assim como é preciso exorcizar os riscos de uma análise fragmentada, pouco atenta às interdependências, é igualmente importante oferecer uma visão sintética e conclusiva do objeto investigado. Nesse exercício, algumas tendências podem ser imaginadas. Na segunda parte do livro os temas são retomados a partir de um esforço de síntese que rediscute a ideia de território usado e a história do território brasileiro, revelando o surgimento de um espaço nacional da economia internacional num país de grandes extensões. Mas, outrossim, esboça as bases para uma regionalização do Brasil que permite compreender as novas desigualdades regionais, as zonas de densidade e rarefação, os espaços da rapidez e da lentidão, os espaços que mudam e os espaços que obedecem, a urbanização e o papel das metrópoles e das cidades médias. Finalmente discutimos a nova economia política do território a partir das divisões territoriais do trabalho superpostas, do uso corporativo e competitivo do território, com instabilidades, desarticulações,

desvalorizações e revalorizações de nova natureza no território brasileiro. Além dessa interpretação geral, as oito contribuições temáticas dão ênfase a alguns aspectos da realidade pesquisada.

Os caminhos de pesquisa foram múltiplos e convergentes. As fontes secundárias foram preciosas para nossa interpretação: estatísticas, teses e bibliografia sobre o Brasil. Mas as fontes primárias tampouco faltaram, sendo a observação direta e as entrevistas os elementos centrais do trabalho de campo. Não é excessivo lembrar que, na segunda metade da década de 1990, quando a pesquisa se iniciava, a internet não era um recurso central, de modo que, mesmo para contar com fontes secundárias, era necessário ir aos órgãos de informação, o que permitia diversas observações e novos diálogos. O instrumental estatístico utilizado é basicamente referido aos Estados da Federação. As totalidades consideradas eram a Federação e os Estados, as esferas pública e privada, já que nossa preocupação era evitar dados isolados, separados do seu contexto explicativo. Como não era nosso escopo uma análise de conjuntura, o levantamento de dados foi realizado em séries históricas, para permitir uma melhor aproximação do processo de totalização.

A linguagem narrativa completou-se com a incorporação de uma linguagem cartográfica, cujo objetivo principal não era diferente aos esforços, já explicitados, de levar ao leitor comum uma interpretação do país e oferecer aos estudiosos um guia de trabalho. Não havia a preocupação nem a pretensão de oferecer um atlas. O banco de dados construído foi importante e a equipe estava integrada por doutorandos, mestrandos, bolsistas de

iniciação científica e alguns colaboradores eventuais. O apoio da Fapesp e do CNPq foi fundamental e, no primeiro momento da pesquisa, o da Finep, por intermédio da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (Anpur), além das numerosas bolsas incluindo as fornecidas pela Capes. Assim, foi possível viabilizar as viagens e trabalhos de campo, as atividades de sistematização, os colóquios com os colegas convocados *ad hoc* para discutir os projetos e resultados parciais, e formar os recursos humanos, inclusive na administração da pesquisa.

Embora a escala municipal de análise teria levado a um nível de detalhamento maior, também teria demandado um orçamento e uma equipe de maiores dimensões, o que não estava ao nosso alcance e, inclusive, teria escapado ao nosso objetivo. Entretanto, éramos cientes de que certas generalizações não revelavam a filigrana do espaço geográfico, como, por exemplo, as diferenças constitutivas entre o sul da Bahia e o norte de Minas Gerais ou, ainda mais, as diversidades qualitativas e quantitativas no interior da extensa região amazônica. Todavia, acreditávamos que tais generalizações não inviabilizavam uma interpretação teórico-empírica cuja ênfase principal era dada aos nexos, que nos aproximaria de uma compreensão do espaço nacional.

É importante sublinhar que, além dos exaustivos levantamentos contemporâneos ao projeto, nos beneficiamos de uma longa pesquisa empírica prévia realizada pelo próprio professor Milton Santos e suas equipes anteriores. Esses materiais foram reclassificados e completados à luz do projeto do livro. Foram também realizadas longas

pesquisas sobre temas e lugares, sendo que algumas delas se tornaram dissertações de mestrado e teses de doutorado. As sistematizações e classificações dos materiais foram numerosas, revelando a necessidade de completar o que faltava ou exigindo a reclassificação graças à novidade encontrada. Concomitantemente fomos elaborando não poucos planos de redação no intuito de elaborar uma narrativa que fosse capaz de mostrar, juntos, a constituição do território usado e as respectivas relações que o definem. Não se tratava de produzir um catálogo enciclopédico nem uma compilação exaustiva do que foi feito no Brasil, mas de buscar um retrato das novas quantidades e qualidades do território que, vistas de maneira dinâmica, oferecessem, ao mesmo tempo, fundamentos para vislumbrar tendências.

MÉTODO E POLÍTICA: CAMINHOS PARA O FUTURO

De alguma forma o livro resultou, também, de uma série de insatisfações. Uma primeira insatisfação adveio da redução dos problemas nacionais e das tendências à economia ou às finanças, tanto na mídia quanto no discurso político. Um exemplo do que estamos tratando de explicar foi o tratamento dado, na década de 1990, às localizações empresariais e às frequentes migrações desses capitais. A mídia e boa parcela dos políticos referiam-se a esses fatos como “guerra fiscal”, reduzindo essa complexa dinâmica às diferenças nas estruturas tributárias dos diferentes Estados e às políticas públicas conjunturais. O espaço não foi, desse modo, considerado como central na busca de uma explicação. Ao contrário, nossa preocupação era entender a guerra dos

lugares, que é planetária e não apenas nacional ou regional. Subordinados à política globalizada das grandes empresas, os lugares entram em competição incorporando dados técnicos e políticos funcionais a essa dinâmica e mudando sua produtividade espacial para um dado bem ou serviço a cada movimento dos agentes hegemônicos. No momento em que a grande corporação decide transferir uma determinada produção, sob o comando dos seus interesses globais e ao sabor das benesses fiscais, o lugar conhece um profundo desarranjo nos seus fatores de produção.

Outra insatisfação resultava da crença na modernização com vistas ao mercado externo como único caminho possível para a nação brasileira. Com a globalização, confunde-se a lógica do chamado mercado global com a lógica individual das empresas que permanecem ou se instalam num dado país, o que exige a adoção de um conjunto de medidas que acabam assumindo um papel de condução geral da política econômica e social. O argumento, fundado no discurso único, incluía um receituário de soluções, sem as quais – dizia-se – o país se tornava incapaz de participar da globalização. Em nome da inserção na nova modernidade e no mercado global foram estabelecidas regras que constituíam um conjunto irrecusável de prescrições. Isso equivalia a uma abdicação da possibilidade de efetuar uma verdadeira política nacional, tanto econômica quanto social.

É inegável que o peso do mercado externo na vida econômica do país acaba por orientar uma boa parcela dos recursos coletivos para a criação de infraestruturas, serviços e formas de organização do trabalho para o comércio exterior, uma atividade

ritmada pelo imperativo da competitividade e localizada nos pontos mais aptos para desenvolver essas funções. Isso não se faz sem uma regulação do território pelo Estado e pelo mercado ou, mais precisamente, pelas grandes empresas. É desse modo que se reconstruem os contextos de evolução das bases materiais geográficas e também da própria regulação. Provocando transformações importantes na utilização do território, o neoliberalismo tem sido responsável por um uso mais seletivo que acabou punindo as populações mais pobres, mais isoladas, mais dispersas e mais distantes dos grandes centros e dos centros produtivos. As fusões empresariais agravam ainda mais esse processo, pois ao alargamento da divisão territorial do trabalho particular corresponde uma centralização maior das decisões. E a redução de centros decisórios leva a uma rigidez maior entre espaços que mandam e espaços que obedecem.

Nossa insistência na ideia de que o território já usado pela sociedade ganha usos atuais, que se superpõem e permitem ler as descontinuidades nas feições regionais, permitia compreender que certas regiões são, num dado momento histórico, mais utilizadas e, em outro, são menos. Por isso cada região não acolhe igualmente as modernizações nem seus atores dinâmicos, cristalizando usos antigos e aguardando novas racionalidades. Pensávamos que, assim, poderíamos oferecer uma reflexão ou um esquema teórico-empírico para pesquisas futuras.

Nas décadas recentes, o chamado pensamento único foi afastando-nos do entendimento teórico-empírico e político do espaço banal brasileiro. O país foi visto apenas como um campo de forças, com a respectiva entronização do dinheiro, das regiões

competitivas, dos sistemas de engenharia de grande escala. E, nessa esteira, não foram poucas as correntes teóricas que enfatizavam a análise de aspectos isolados, promovendo uma compartimentação pouco fértil para a geografia. Esse tipo de enfoque proposto para a disciplina despontava como mais uma forma de insatisfação.

Debruçando-nos sobre esse novo meio geográfico, globalizado e fragmentado, buscamos compreender o papel das formas geográficas materiais e o papel das formas sociais, jurídicas, políticas, todas impregnadas, hoje, de ciência, técnica e informação. Outro dado indispensável ao entendimento das situações foi o estudo do povoamento, abordado mormente em sua associação com a ocupação econômica, assim como os movimentos de toda ordem e natureza. É também a história da fluidez do território. Com a instalação de um número cada vez maior de pessoas em um número cada vez menor de lugares, a urbanização significa ao mesmo tempo uma maior divisão do trabalho e uma imobilização relativa, assim como um resultado da fluidez aumentada do território. Dir-se-ia que o espaço nacional é uma pluralidade de divisões territoriais do trabalho, um rendilhado de formas de produção e de vida.

Por essa razão, talvez a principal conclusão do livro é um apelo para que o território nacional seja visto, na teoria, na empiria e na política, como espaço banal e não apenas como espaço hegemônico e homogêneo. Se a desigualdade é o grande problema político, a diversidade é uma grande riqueza cultural e também política. As diversidades socioeconômicas e regionais seriam, assim, vistas como um princípio de

método fundamental para interpretar o fenômeno urbano. No momento em que a política atenta somente para a divisão territorial do trabalho hegemônica, está confundindo a repartição do trabalho de uma grande corporação ou de um punhado delas com a divisão social do trabalho e a divisão territorial do trabalho da nação. Daí que se fustigue toda outra forma de sobrevivência pela sua lentidão, falta de modernidade e desempenho ou, mesmo, ilegalidade, acusando as vítimas de responsáveis pelo seu drama e pelo atraso da nação. O problema é imaginar que essa economia, que corresponde à maioria da nação e do território, não cria riqueza nem emprego. Por isso pensamos que o circuito inferior da economia urbana é extremamente criativo na produção da vida e que o estudo de suas formas poderia apontar caminhos para a política. O território poderia ser visto como base da existência de todos, com seus conteúdos materiais, herdados, tornados presentes pela ação e outros orientados ao futuro. Isso não é apenas um caminho de método, mas também um princípio para a vida política.

NOTA

¹ Doutora em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP), Pesquisadora do *Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas* (CONICET) na Universidade de Buenos Aires (UBA), Argentina.

E-mail: laurasil@usp.br

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis. *Philosophie et Philosophie spontanée des savants*. Paris: François Maspero, 1974, 157 p.

BACHELARD, Gaston. *La Formation de l'Esprit Scientifique*. Contribution a une Psychanalyse

de la connaissance objective. 13.^a ed. Paris: Librairie Philosophique J. Vrin, 1986.

CHATTERJEE, Partha. *La nación en tiempo heterogéneo y otros estudios subalternos*. Buenos Aires: Siglo 21 / Clacso, 2008, 296 p.

ELLUL, Jacques. *A técnica e o desafio do século*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968, 445 p.

GIDDENS, Anthony. *La constitution de la société. Éléments de la théorie de la structuration*. Paris: PUF, 1987, 474 p.

GODELIER, Maurice. Un retour aux problèmes fondamentaux est indispensable, connaissons nous le fonctionnement des structures sociales? *Développement et civilisations*, Paris, n.º 28, 1966.

GOLDMANN, Lucien. Épistémologie de la sociologie. In: PIAGET, Jean (Org.). *Logique et connaissance scientifique*. Paris: Encyclopédie de la Pléiade / Gallimard, 1967, p. 992-1.018.

GOTTMANN, Jean. The evolution of the concept of territory. *Soc. Sci. Information*, vol. 14, n.º 3/4, p. 29-47, 1975.

ISNARD, Hildebert. *L'espace géographique*. Paris: Presses Universitaires de France, 1978, 219 p.

LATOUR, Bruno. *Nous n'avons jamais été modernes*. Essai d'anthropologie symétrique. Paris: Éditions La Découverte, 1991.

MESCHONNIC, Henri. *Modernité Modernité*. Saint-Armand: Folio Essais, 1993, 313 p.

SANTOS, Milton. Modernisations et espaces dérivés. *Revue Tiers Monde*, Paris, n.º 50, 1972, 235 p.

SANTOS, Milton. *L'espace partagé*. Les deux circuits de l'économie urbaine des pays sous-développés. Paris: M.-Th. Génin / Librairies Techniques, 1975, 405 p.

SANTOS, Milton. Society and space: social formation as theory and method. *Antipode*, Worcester, Mass., v. 9, n.º 1, 1977, p. 3-13.

SANTOS, Milton. O Retorno do Território. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A.; SILVEIRA, María Laura (Orgs.). *Território: Globalização e Fragmentação*. São Paulo: Hucitec / Anpur, 1994, p. 15-20.

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço*. Técnica e Tempo. Razão e Emoção. São Paulo: Hucitec, 1996, 308 p.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. De uma geografia metafórica da pós-modernidade a uma geografia da globalização. *Cultura Vozes*, São Paulo, v. 91, n.º 4, ano 91, p. 14-30, 1997.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. *O Brasil*. Território e Sociedade no início do século 21. Rio de Janeiro: Record, 2001a, 473 p.

SARTRE, Jean-Paul. *Crítica de la Razón Dialéctica*. Precedida de Cuestiones de Método. 3.^a ed. Buenos Aires: Losada, 1979.

SILVEIRA, María Laura. Espaço geográfico e fenômeno técnico: por um debate substantivo. In: BOMFIM, Paulo Roberto Albuquerque; SOUSA NETO, Manoel Fernandes (Orgs.). *Geografia e Pensamento Geográfico no Brasil*. São Paulo: Annablume, 2010, p. 123-139.

VALLAUX, Camille. *Geografía Social*. El Suelo y el Estado. Madrid: Daniel Jorro, 1914, 436 p.